



## A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A UNIÃO EUROPÉIA: A ERA DA MUDANÇA

\*Joaquim Neves

O modelo de economia global exige transformações significativas de âmbito político, econômico e social.

*The global economy model calls for significant changes in the political, economic and social spheres.*

**PALAVRAS-CHAVE:**

*Economia global, mudança, multinacionalização das empresas, sociedade da informação, entrosamento dos vários blocos regionais.*

**KEY WORDS:**

*Global economy, change, multinationalism of companies, information society, interplay between different regional blocks.*



\*Diretor do Departamento de Cooperação Internacional do INA - Instituto Nacional de Administração (Presidência do Conselho de Ministros), Portugal.

A globalização da economia (o modelo de economia previsto para vigorar no início do século XXI e que pretende interpretar e dar execução prática à globalidade dos movimentos que afetam as atividades econômicas em todo o mundo) e a União Européia (a última fase do processo de integração econômica da Europa, que ganha também um perfil no âmbito político-social e que tem por objetivo final apresentar-se como o principal pólo de estabilidade do continente europeu, cuja sobrevivência a prazo dependerá, em muito, da capacidade de os europeus se integrarem no modelo de economia global). Assim, a mudança constitui a palavra-chave e o grande desafio do presente.

Este artigo é resultado de um trabalho elaborado recentemente por mim (com título idêntico), que teve por base uma pesquisa exaustiva em vários documentos comunitários editados pela Comissão das Comunidades Europeias durante o ano de 1993 (o INA – Instituto Nacional de Administração – constitui um dos centros de documentação reconhecidos oficialmente pela Comunidade Européia), relatórios de Bancos Centrais europeus e revistas prestigiadas de divulgação mundial (como *The Economist*, *Fortune*).

### **O MERCADO COMUM EUROPEU: O TRATADO DE ROMA E O ATO ÚNICO EUROPEU**

Empobrecidos e endividados pela Segunda Guerra Mundial, os países europeus encontraram-se diante de problemas como a ausência de recursos reais, a inexistência de conversibilidade das moedas, os problemas com os pagamentos internacionais e a tarefa gigantesca da reconstrução da Europa. Cada país procurava suas próprias soluções, tendo a maioria optado pelo “bilateralismo” em suas relações econômicas internacionais, uma vez que não existiam condições para optar pelo “multilateralismo” nos pagamentos e liberar as importações.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, os países europeus não tinham condições para reconstruir as suas economias sozinhos. Precisavam da ajuda de terceiros. Os Estados Unidos eram o único país em condições de ajudar a Europa, tendo o

governo americano optado por um programa de donativos e créditos até que a economia européia se recuperasse. O apoio econômico dos EUA também atendia aos próprios interesses americanos, pois receava-se o aparecimento de uma grande recessão econômica no país. Ajudando a Europa (muito endividada com os EUA), os americanos também estavam se ajudando, pois conseguiam alimentar a sua máquina econômica, mantendo os elevados níveis de produção.

Politicamente, os partidos socialistas e, sobretudo, os comunistas, perante a precária situação de um capitalismo descapitalizado, faziam pressão no sentido da socialização da economia européia. No verão de 1947, no começo da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, foi implantado o Plano Marshall, que marcou o começo de uma verdadeira cooperação econômica intra-européia.

Os norte-americanos perceberam que qualquer espécie de ajuda não seria suficientemente eficaz se a partir do mosaico de pequenos mercados separados da Europa não se evoluísse para uma maior liberdade de circulação entre os seus múltiplos componentes.

Alguns estadistas europeus (como Schuman, Monnet) também tiveram consciência desse fato. Contudo, não foi fácil passar da fase de cooperação para a de integração, em virtude da cláusula da nação mais favorecida, do GATT – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que impediu uma verdadeira política de reduções pautais intra-europeias.

As soluções, se existissem, deveriam ser encontradas mediante a criação de uma União Aduaneira (único caso de exceção no âmbito do GATT artigo XXIV).

Assim, em 1952, o Plano Schuman deu origem à CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do Aço – que refletia a primeira tentativa de integração econômica, embora tivesse constituído uma integração setorial.

Contudo, os acontecimentos políticos pressionavam em favor de soluções rápidas: a Guerra da Coreia, o fracasso do projeto da Comunidade Econômica de Defesa e as crises do Suez e da Hungria constituíram sérios sinais de alarme que repercuti-

ram de forma estridente à porta da unidade dos países capitalistas da Europa Ocidental.

Nesse sentido, os três países europeus que constituíram o Benelux — União Econômica da Bélgica, Holanda e Luxemburgo — e alargaram o processo de integração da Europa aos “Seis” decidiram, de forma definitiva, criar um verdadeiro Mercado Comum Europeu. Em 1957, era assinado o Tratado de Roma.

O objetivo básico do Tratado de Roma era a criação de uma entidade supranacional com personalidade própria (a Comunidade Econômica Européia), com missão fundamental de formar um mercado comum, manifestação visível de uma verdadeira união econômica.

De acordo com o artigo 2º do Tratado de Roma, *“a Comunidade tem como missão promover o estabelecimento de um mercado comum e a aproximação progressiva das políticas econômicas dos estados-membro, um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas no seio da Comunidade, uma expansão econômica contínua e equilibrada, um maior grau de estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e relações mais estreitas entre os estados que a integram”*.

Para cumprir esse objetivo, a ação da Comunidade deveria ser orientada para uma série de atuações concretas:

- a eliminação, entre os estados-membro, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à importação e exportação de mercadorias;
- o estabelecimento de uma Pauta Aduaneira Comum entre os estados-membro;
- a abolição, entre os estados-membro, dos obstáculos à livre circulação de pessoas, capitais e serviços;
- a adoção de uma política comum no domínio da agricultura;
- a adoção de uma política comum no domínio dos transportes;
- a adoção de um regime leal de concorrência;
- a aplicação de processos que permitam coordenar as políticas econômicas dos estados-membro;
- a aproximação das legislações nacionais;
- a instituição de um Fundo Social Europeu;

- a instituição de um Banco Europeu de Investimento;
- a associação de países e territórios ultramarinos com o objetivo de incrementar as trocas comerciais e o desenvolvimento econômico-social.

Para o cumprimento desses objetivos, as tarefas da Comunidade foram confiadas a quatro instituições comunitárias supranacionais: o Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros, a Comissão e o Tribunal de Justiça.

Para alcançar os objetivos do Tratado de Roma foi necessário realizar uma série de ações de acoplamento das estruturas nacionais, a fim de chegar com o mínimo de custo social a um máximo de racionalidade econômica, política e social no âmbito

**O objetivo básico do Tratado de Roma era a criação de uma entidade supranacional com personalidade própria (a Comunidade Econômica Européia), com missão fundamental de formar um mercado comum, manifestação visível de uma verdadeira união econômica.**

do que se pretendia integrar. Em qualquer processo de integração exige-se normalmente um período transitório mais ou menos longo para se evitar transformações demasiado bruscas ou rápidas. O período transitório definido é o próprio período de integração, ao longo do qual se faz a transferência de uma parte das soberanias nacionais para instituições comuns que adquirem assim um caráter supranacional.

Desse modo, o Tratado de Roma previa, em seu artigo 8º, um período de transição de doze anos, escalonado no tempo, de forma a permitir a realização de um conjunto de ações concretas e estabelecer progressivamente o mercado interno que deveria acontecer até 31 de dezembro de 1992.

O mercado interno permitiria assim a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais. Só poderia admitir-se a idéia de um mercado comum quando se verificasse de fato uma

quase perfeita e total mobilidade de bens e inexistissem barreiras pautais intercomunitárias. Isto é, quando houvesse uma união aduaneira e uma Pauta Aduaneira Comum.

Contudo, não bastaria o "desarmamento pautal" para que o mercado interno funcionasse plenamente. Haveria a necessidade de definir disposições específicas quanto à livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais e ao direito de estabelecimento e de concorrência. Apesar da clareza dos termos do Tratado de Roma, subsistiram, durante muito tempo, vários dos entraves originários ao mercado interno e surgiram outros, referentes à livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas (especificações técnicas nacionais, normas de saúde, regulamentos sobre o ambiente, controles de qualidade, reconhecimento dos cursos universitários e de formação profissional entre alguns estados-membro etc.).

A não-existência de uma estratégia global comum para ultrapassar as diferenças nacionais e a recessão da década de 70 tenderam a reforçar as preocupações dos estados-membro com a proteção dos mercados nacionais. Durante a década de 80, motivados pela saída da recessão da década de 70,

os europeus conscientizaram-se da necessidade de uma nova tentativa planejada para se criar um quadro econômico único. A Comunidade reconheceu que, se não utilizasse plenamente

o mercado único, continuaria a perder terreno para os EUA e o Japão, pois "doze mercados separados" não poderiam concorrer eficazmente com os gigantescos recursos dos americanos e japoneses, assim como estariam em desvantagem até em relação aos novos dragões asiáticos (Taiwan, Coréia do Sul, Singapura e outros).

Reconhecido o fato de que a renovação da Europa dependeria da criação de um mercado continental único, a Comissão publicou, em junho de 1985, um Livro Branco onde se descreviam as conseqüên-

cias da eliminação de cada um dos entraves até então existentes, definindo o programa e o calendário necessários para garantir um trabalho coordenado na eliminação desses diferentes entraves. A publicação do Livro Branco dá origem ao Ato Único Europeu.

O Ato Único Europeu contém as primeiras grandes alterações ao Tratado de Roma (desde a sua adoção em 1957) que refletem, acima de tudo, o desejo político renovado da Comunidade em completar os objetivos dos tratados originários, facilitando a missão da Comissão e do Parlamento Europeu quanto à execução do grande mercado sem fronteiras, cujas medidas foram examinadas em três aspectos: eliminação das fronteiras físicas, eliminação das fronteiras técnicas e eliminação das fronteiras fiscais.

### **O TRATADO DE MAASTRICHT (O TRATADO DA UNIÃO EUROPÉIA)**

O Tratado de Maastricht ultrapassa formalmente a fase de integração econômica, adquirindo um perfil próprio de integração política e social.

Por que essa nova revisão do Tratado de Roma? O início da década de 90 marca uma mudança fundamental na história européia, dentro e fora da Comunidade, que resulta da conjugação de uma série de fatores:

- o desaparecimento do Bloco do Leste, que gerou profundas alterações no equilíbrio geopolítico;
- a concretização, em 1º de janeiro de 1993, do mercado interno, eliminando-se os obstáculos à livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais;
- o combate ao terrorismo, à criminalidade e à droga, que exigiu um esforço conjunto dos doze membros;
- a crescente agressividade dos principais parceiros comerciais da Comunidade;
- as grandes questões da defesa do ambiente;



- os grandes desafios na esfera das relações internacionais;
- a exigência de uma dimensão política reforçada que permitisse sustentar o processo de integração econômica.

Para fazer frente aos desafios da década de 90, a Comunidade procurou respostas no plano econômico (através da criação de uma União Econômica e Monetária cujo objetivo final é a criação de uma moeda única — o ECU — Unidade Monetária Européia) e no plano político (transformando a cooperação política entre os Doze numa política comunitária: a PESC — Política Externa e de Segurança Comum). Com a União Econômica e Monetária e a União Política, a Comunidade caminha em direção à União Européia, onde cada cidadão de qualquer estado-membro terá uma cidadania européia complementar a cada uma das tradicionais cidadanias nacionais, que não serão substituídas mas sim acrescidas de um novo estatuto.

A União Européia está assentada em três pilares. O primeiro pilar corresponde às atuais comunidades (CEE — Comunidade Econômica Européia, CECA e EURATOM — Comunidade Européia de Energia Atômica) que saem fortalecidas dessa revisão, sendo a CEE — pedra angular da construção européia — aquela que apresenta, no Tratado da União Européia, maiores e mais profundas alterações. O segundo pilar corresponde à política externa e de segurança comum, onde a PESC cria um processo evolutivo e progressivo no sentido de a Comunidade falar a uma só voz e de os Doze agirem em conjunto na cena política internacional. O terceiro pilar corresponde à cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos, uma vez que os crescentes desafios de uma criminalidade e um terrorismo internacionais cada vez mais organizados, as pressões migratórias que se exercem sobre a Comunidade e a abolição dos controles nas fronteiras internas tornam necessário o reforço da cooperação entre os estados-membro.

A existência desses três pilares conduz à necessidade de uma unidade e uma articulação de todo o sistema (porque são comuns os três pilares), cujo processo de tomadas de decisão cabe às seguintes instituições comunitárias: o Conselho Europeu,

o Conselho de Ministros, a Comissão, o Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Comitê das Regiões.

### AS RELAÇÕES EXTERNAS DA COMUNIDADE EUROPÉIA

O próprio bem-estar econômico da Comunidade Européia está dependente de uma ordem econômica mundial liberal e multilateral, assim como o bem-estar dos seus parceiros, em particular os do Terceiro Mundo. Esse princípio tem sido seguido com uma mistura de realismo, de pragmatismo e de compromisso.

Assim, pode-se afirmar que as relações externas da Comunidade Européia se desenvolvem em dois níveis: o nível multilateral, onde desempenha um papel fundamental no domínio do GATT e no contexto das relações Norte-Sul, no âmbito da ONU; o nível bilateral, onde possui acordos de comércio e de cooperação com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), com os países da Bacia do Mediterrâneo, com os países da Europa Oriental, com a EFTA — Associação Européia de Livre Comércio, com os países da América Latina e da Ásia.

A Comunidade Européia é o maior parceiro em nível de comércio mundial. Suas exportações fora da Comunidade (excluindo o comércio entre os estados-membro) representaram, em 1989, 15% das exportações em nível mundial comparado com 12% dos EUA e 9,1% do Japão. A Comunidade Européia é o maior mercado do mundo industrializado, com uma população de 340 milhões de consumidores potenciais e é também um dos mais abertos.

Para financiar as suas substanciais importações de produtos alimentares e de matérias-primas, a Comunidade deve exportar. Como consequência, a Comunidade Européia necessita de mercados de exportação tão abertos como o seu mercado o é para as importações. Nesse aspecto, a Comunidade deve muito aos consideráveis passos dados no nível do GATT, ao longo das quatro últimas décadas, na redução em nível mundial das barreiras ao comércio de produtos transformados. A Comunidade Européia tem desempenhado um papel central na Rodada Uruguai, a última iniciativa de liberalização no nível do

**A Comunidade Européia é o maior parceiro em nível de comércio mundial. Suas exportações fora da Comunidade (excluindo o comércio entre os estados-membro) representaram, em 1989, 15% das exportações em nível mundial comparados com 12% dos EUA e 9,1% do Japão.**

**A Comunidade Européia é o maior mercado do mundo industrializado, com uma população de 340 milhões de consumidores potenciais e é também um dos mais abertos.**

GATT, que inclui, pela primeira vez, um importante programa de liberalização do comércio de produtos agrícolas e de serviços. Os países em desenvolvimento beneficiam-se com uma isenção de direitos no acesso à Comunidade dos seus produtos transformados ou semitransformados, através de acordos diretos com a CE ou do Sistema de Preferências Generalizadas—SPG.

O elemento fundamental das relações externas da CE é a sua política comercial comum que confere à Comunidade autoridade exclusiva em matéria de política comercial dos estados-membro. Ela prevê que as principais decisões sejam tomadas pelo Conselho de Ministros, sob a forma de voto por maioria, e confere à Comissão Européia uma considerável autoridade no nível executivo e da negociação.

#### **A EUROPA E A CRISE ECONÔMICA DA DÉCADA DE 90**

Para se compreender o processo de deterioração da situação econômica, em geral, e do desemprego, em particular, que se tem verificado na Comunidade Européia, é necessário adotar uma perspectiva de longo prazo. Para efeito de análise, devem se distinguir quatro grandes períodos: o período anterior à primeira crise do petróleo (1960-73), o período entre a primeira crise do petróleo e meados dos anos 80 (1974-85), a segunda metade da década de 80 (1986-90) e o período atual de fraco crescimento e de grande recessão (a partir de 1991).

Em síntese, podemos afirmar que se verificaram as seguintes mudanças de cenário:

- nos últimos 20 anos, a taxa potencial de crescimento anual da economia européia diminuiu de cerca de 4% para 2,5%;
- o desemprego aumentou substancialmente desde 1970, passando de 2,6% para uma taxa média de 11% ao ano;
- a taxa de investimento sofreu uma redução de cinco pontos percentuais;
- a posição da Europa frente aos Estados Unidos e ao Japão deteriorou-se no que diz respeito ao emprego, às cotas do mercado externo, à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos;
- a Europa não conseguiu adaptar-se à globalidade dos movimentos que afetam as atividades econômicas em todo o mundo;
- a Europa vive uma crise de identidade sem precedentes, motivada pela queda do muro de Berlim. A Europa de 35 anos atrás não é a mesma da década de 90, uma vez que muitos dos pressupostos do processo de integração européia baseavam-se nos aspectos político-econômicos da Guerra Fria e na bipolarização mundial EUA-URSS;
- a capacidade da Europa para criar novos empregos é extremamente precária, uma vez que as suas estruturas político-econômicas não possuem capacidade de resposta oportuna em situações de crise como a atual;
- vive-se atualmente uma nova revolução industrial caracterizada por uma desmaterialização da economia, por uma transferência das atividades produtivas para o exterior, por um domínio dos serviços, posse e circulação da informação.

Como sair da crise? A Europa possui alguns trunfos e limitações no que se refere à sua posição concorrencial numa economia global. As limitações que a Comunidade Européia enfrenta atualmente situam-se basicamente em três níveis: falta de competitividade dos produtos europeus, o que enfraquece a sua posição comercial perante os seus concorrentes; degradação nos mercados de elevado valor acrescentado (exemplo: a robótica, a informática, a eletrônica, os instrumentos óti-

cos e o material médico-cirúrgico) e fraco investimento das empresas em Pesquisa & Desenvolvimento. No que se refere aos trunfos, estes também se situam basicamente em três níveis: controle sobre o nível de endividamento das empresas europeias; domínio de atividades pouco expostas à concorrência internacional, o que gera margens elevadas de lucro e capacidade de produção de bens e serviços de grande qualidade.

Assim, e para que a Comunidade Europeia possa sair da crise onde está mergulhada, foram definidos os seguintes eixos de uma política de competitividade global:

facilitar a inserção das empresas europeias num contexto concorrencial global e interdependente, pois as empresas estão em concorrência com os grupos internacionais polivalentes e ainda devido ao fato de a internacionalização das economias e dos mercados não permitir que a indústria e o espaço geográfico sejam divididos em parcelas bem identificadas e relativamente independentes umas das outras. Nesse domínio, assumem especial importância as seguintes linhas de força: valorização dos pontos fortes da indústria comunitária; desenvolvimento de uma política ativa de cooperação industrial; adoção de uma abordagem coerente e planejada em relação às alianças estratégicas e supressão dos obstáculos que se opõem ao bom funcionamento dos mercados;

explorar as vantagens competitivas relativas à "desmaterialização" progressiva da economia ("desmaterialização" exprime-se pela transferência para o exterior de certas atividades produtivas por parte das empresas industriais e por um crescimento mais rápido dos serviços) e onde os elementos determinantes da competitividade vão muito além do nível relativo dos custos diretos dos diferentes fatores de produção (exemplo: qualidade do ensino e da formação, eficácia organizacional industrial, capacidade de melhorar de forma constante o processo de produção, intensidade dos esforços em P&D, fluidez das condições de funcionamento dos mercados, qualidade dos produtos etc.); reduzir a defasagem entre os ritmos de

evolução da oferta e da procura; adaptar os sistemas de educação formal e de formação profissional a uma sociedade em mutação, onde o princípio fundamental deverá ser o da valorização do capital humano ao longo de toda a vida ativa, partindo do ensino básico e seguindo com a formação inicial para, em seguida, encontrar apoio na formação contínua.

No que se refere aos grandes eixos de desenvolvimento econômico e tendo por base o princípio de que "uma economia de mercado é uma economia descentralizadora" e que o movimento de descentraliza-

**No que se refere aos grandes eixos de desenvolvimento econômico, e tendo por base o princípio de que "uma economia de mercado é uma economia descentralizadora" e que o movimento de descentralização é apoiado por novas tecnologias e tem por corolário a comunicação e a partilha da informação e do conhecimento, poderemos concluir que esse processo nos leva a uma verdadeira sociedade da informação.**

ção é apoiado por novas tecnologias e tem por corolário a comunicação e a partilha da informação e do conhecimento, poderemos concluir que esse processo nos leva a uma verdadeira sociedade da informação. A dimensão europeia proporciona à sociedade da informação suas melhores oportunidades de expansão. Por esses motivos, a Comissão propõe, no âmbito de uma parceria entre os setores público e privado, a celebração da criação das "autoestradas da informação" (redes de alta frequência) e o desenvolvimento dos serviços e aplicações a elas associados (serviços eletrônicos gerais e aplicações telemáticas).

Por outro lado, o desenvolvimento da Europa tem se baseado na qualidade das redes de comunicações que permitiram o fácil acesso dos seus habitantes aos recursos naturais e técnicos. Assim, a Europa precisa prosseguir com esse esforço de vencer novas etapas e de imaginar outras fron-

teiras frente à globalização dos mercados, à mobilidade crescente dos capitais e das tecnologias e às necessidades de investimento que surgem a leste e sul. Desse modo, o desenvolvimento de Redes Transeuropéias de infra-estruturas de transportes e energia respondem a essas exigências, constituindo o segundo grande eixo de desenvolvimento econômico.

De acordo com os mais recentes estudos sobre a evolução da economia mundial, prevê-se que no início do século XXI a maioria das economias mundiais farão parte de um "mercado interno único", a exemplo daquele que foi previsto em 1992 para a Comunidade Européia. Por outro lado, prevê-se ainda que existirão algumas

**Um outro elemento crucial para o desenvolvimento do processo de globalização da economia diz respeito aos fluxos financeiros de umas regiões para as outras. A necessidade de operacionalizar de forma eficiente e eficaz esses fluxos financeiros dará origem a um processo complementar ao da globalização da economia: a globalização do sistema financeiro.**

centenas de subdivisões políticas em termos de "regiões" e não de "países" (no sentido econômico). O modelo econômico emergente, e a vigorar no início do século XXI, será constituído por uma combinação eficiente de vários modelos competitivos dentro de uma verdadeira ótica de economia de mercado que pretende interpretar e dar execução prática à globalidade dos movimentos que afetam as atividades econômicas em todo o mundo. Daí falar-se em globalização da economia.

O modelo de economia global considera a multinacionalização das empresas e o inerente deslocamento de atividades de um país para outro pela via dos investimentos diretos. A passagem à economia global faz

realçar o deslocamento da produção e o inerente movimento de capitais ligados à implantação de filiais no estrangeiro ou à compra de empresas existentes. A movimentação intensa de quadros, de técnicas e de tecnologias torna inoperável a hipótese da imobilidade de fatores, fundamento da Teoria Clássica da Especialização Internacional. Uma vez que as multinacionais se colocam dentro das trocas internacionais, rompe-se com a via clássica, por se considerar que os agentes do comércio não são exclusivamente os estados, mas também as empresas que possuem uma atividade internacional.

O comércio de mercadorias processa-se cada vez mais como comércio de produtos semitransformados entre empresas. As empresas são de menor dimensão. O desenvolvimento das redes informáticas torna possível que as empresas cooperem de uma forma mais flexível do que se fossem empresas de franquia ou em regime de franquia. Por outro lado, os fatores-chave que determinarão o comportamento comercial serão diferentes. A atuação isolada, por parte de um estado ou por parte de uma comunidade econômica, oferece cada vez menos possibilidades de melhorar as condições dos seus operadores comerciais. Mesmo em nível internacional, as medidas políticas no setor comercial não podem ser tomadas sem condiderar as possíveis relações com as políticas em outros setores (exemplo: comércio/taxas de câmbio, comércio/segurança, comércio/ambiente etc.).

Um outro elemento crucial para o desenvolvimento do processo de globalização da economia diz respeito aos fluxos financeiros de umas regiões para as outras. A necessidade de operacionalizar de forma eficiente e eficaz esses fluxos financeiros dará origem a um processo complementar ao da globalização da economia: a globalização do sistema financeiro.

Numa economia global, as empresas serão forçadas a adotarem as melhores práticas produtivas dos seus mais diretos concorrentes. Essa convergência já se encontra bastante avançada na Europa e a sua adesão tem registrado progressos consideráveis além-Atlântico. O processo de convergência terá uma tendência para expandir as fronteiras da denominada "área ótima de circulação de moeda" e desse modo



permitir a criação das bases para uma verdadeira internacionalização do dinheiro e da produção.

Os governos dos vários países vão promover essa convergência (para seu benefício próprio) regulando-a para proteger a sociedade de possíveis excessos, especialmente no que diz respeito aos riscos de uma eventual concentração de empresas operando nas principais indústrias (exemplos: automóveis, sistema financeiro etc.). Contudo, essa regulação, para ser eficaz, deverá ser concebida multilateralmente, o que significa que deverá haver uma política de harmonização relativa às leis anti-trustes, entre outras.

O processo de convergência deverá se desenvolver, numa primeira fase, através dos grupos regionais. A União Européia abriu o caminho. Mas outros processos de integração já estão criados, tal como o NAFTA – North American Free Trade Area, que engloba, desde novembro de 1993, os EUA/Canadá/México, bem como a Comunidade Econômica da Ásia-Pacífico. A influência das organizações internacionais vocacionadas para as áreas econômicas tenderá a desaparecer frente ao novo modelo da economia.

No que diz respeito à tradicional cooperação internacional, levada a cabo por várias organizações internacionais, é possível que num modelo de cooperação global se dê mais ênfase à cooperação política do que à cooperação econômica. A denominada cooperação econômica global poderá ser dirigida por uma verdadeira organização econômica mundial, cujos departamentos de comércio, de desenvolvimento econômico e de política monetária poderão absorver as atuais tarefas do FMI – Fundo Monetário Internacional, FATT e Banco Mundial, como aconteceu num passado recente quando a ONU absorveu o que restou da Liga das Nações em 1945.

O processo de globalização da economia não vai ser pacífico, em virtude dos múltiplos interesses em jogo. A tensão que vai se registrar entre as empresas e as exigências da prática de uma economia global, por um lado, e os conflitos entre as políticas locais e governos nacionais, por outro, poderão conduzir a sérios conflitos que, por vezes, poderão exigir uma intervenção militar, o que obrigará a uma reorganização das organizações internacionais voca-

**O processo de globalização da economia não vai ser pacífico, em virtude dos múltiplos interesses em jogo. A tensão que vai se registrar entre as empresas e as exigências da prática de uma economia global, por um lado, e os conflitos entre as políticas locais e governos nacionais, por outro, poderão conduzir a sérios conflitos.**

cionadas para os aspectos de segurança e de defesa.

Por fim, o processo de globalização da economia conduzirá à quarta onda das migrações internacionais, que constituirá um ingrediente importante para o processo de tomada de decisões sobre a revolução que se delinea.

O desafio neste final do século XX e início do século XXI, levando em consideração a grande aproximação das teses defensoras da economia global, consiste fundamentalmente num entrosamento efetivo entre os poderes políticos e os poderes econômicos, de forma a permitir um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado, uma distribuição de rendimento mais justa e uma maior mobilização de vários fatores de produção e transferência de tecnologias que permitirá uma tomada de consciência global por parte das populações deste planeta acerca dos verdadeiros benefícios que esse novo modelo econômico lhes trará.

Se os poderes políticos e econômicos mundiais de fato conseguirem aproveitar essa oportunidade (pelo menos parece viável em termos práticos, uma vez que já existem experiências com sucesso), o nosso planeta entrará numa nova fase de prosperidade, alargada a todas as populações que o habitam. Há ainda muito o que fazer, mas de acordo com um velho provérbio chinês “*uma viagem de mil milhas começa sempre por um simples passo*”.

0940509